



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
SECULT/CONSEC - Conselho Estadual de Política Cultural

Ata

Ata da 37ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural (CONSEC-MG)

Data: 22 de abril de 2024

Pauta da Reunião:

- Informe sobre o "Seminário SNC/SEC"
- Informe sobre a Sala Minas Gerais
- Votação de Recomendação sobre o Quilombo de Queimadas
- Discussão sobre o PAC CEUs

Participantes (Conselheiros): Thaynã Paes (TP) , José Ricardo (JR) , Laís Vitral (LV) , Daiany Durães (DD) , João Michel (JM) , Andressa Iza (AI) , Xisto Siman (XS) , Sula Mavrudis (SM) , Josiany Vieira (Jos) , Danilo Batista (DB) , Wallace Armani (WA) , Rita Loureiro (RL) , Emmano Garcia (EG) , Maria Agripina (MA) , Darupũ'una Tikuna (DT) , Hilário Corrêa (HC) , Carola Castro (CC) , Wenderson Godoy (WG) , Jussara Braga (JB) , Giovanna Penido (GP) , Aryanne Ribeiro (AR) , Mariana Mol (MM) , Marcela Bertelli (MB) , Lucas Mortimer (LM) , Antonio Diniz (AD) , Andreia Freitas (AF) , Giovani de Paula (GPa) , Tcharles Avner (CA) , Ana Cristina Pontes (AC) , José Junior (JJ) , Eduardo Silveira (ES) , Fernando Mencarelli (FM) , Moacyr Laterza (ML) , Arthur Duarte (AD) , Clever Machado (CM) , Thiago Tomaz (TT) , Euzelina Dóris (ED) , Janaína Silva (JS) , Leônidas Oliveira (LO) , Josiane Souza (Jos) , André Luiz (AL).

Outros Participantes: Nathalia Larsen (NL) , Nathalia Rangel e Maristela Rangel (MR) , Jefferson Rios (JeR) , Joana Correa , Valderes.

Deliberações e Informes

1. Seminário SNC/SEC: Desafios da Implementação de Regulamentações

Foi apresentado um informe sobre um seminário a ser realizado em julho para discutir a implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e suas regulamentações. O evento será uma colaboração entre a UEMG, IPES/Forcult, o escritório do MinC/MG, o IPHAN e entidades vinculadas.

Pontos discutidos sobre a regulamentação do SNC:

A cooperação entre União, Estados e Municípios deve incluir apoio técnico, operacional e financeiro.

As atribuições dos conselhos incluem o acompanhamento dos planos de cultura e o monitoramento do financiamento.

Para adesão provisória ao SNC, os municípios precisam ter, no mínimo, um conselho, um plano e um fundo de cultura próprios.

Em Minas Gerais, a abordagem para a implantação será escalonada. Municípios que receberem recursos da Lei nº 24.462/2023 devem fortalecer ou implantar seus sistemas de cultura, com prazos de até dois anos para conselhos e fundos e até quatro anos para os planos municipais.

Propostas e Sugestões dos Conselheiros para o Seminário:

TP (Thaynã Paes): Sugeriu a criação de minutas modelo para a implantação de Sistemas Municipais de Cultura (SMC), a criação de uma aba do Sistema Estadual na página da Secult, um curso de formação para conselheiros em parceria com instituições de ensino, e um edital de fomento para a atuação em rede da sociedade civil.

AR (Aryanne Ribeiro): Propôs o fortalecimento do diálogo entre os conselhos municipais e estaduais, a criação de um fórum nacional de conselhos municipais de cultura e o auxílio formal da Secult e do Consec para a implantação dos conselhos municipais.

Outras propostas: Discutir a cota de ICMS para Sistemas Municipais de Cultura, garantir a conciliação entre Conselhos de Patrimônio e de Política Cultural e debater a questão do ICMS na reforma tributária.

2. Informe sobre a Sala Minas Gerais e o Contrato de Gestão da Filarmônica

Nathalia Larsen (NL) apresentou esclarecimentos sobre o contrato com a Filarmônica.

Esclarecimentos:

O contrato de gestão com a Filarmônica não foi rompido e continua vigente.

Houve uma solicitação de reajuste de R\$ 10 milhões no repasse.

Um acordo entre a CODEMGE e a FIEMG visava o compartilhamento da gestão da Sala Minas Gerais para ampliar seu uso.

O orçamento discricionário da Secult para 2024 (verbas que a gestão pode escolher onde alocar) é de aproximadamente R\$ 32 milhões, de um total de R\$ 233 milhões.

Discussão dos Conselheiros:

Conselheiros como Marcela Bertelli (MB) e Danilo Batista (DB) expressaram preocupação com o valor do aporte para a Filarmônica e a falta de comunicação prévia com o Consec, que soube das negociações pela imprensa.

André Luiz (AL) frisou que, legalmente, o Consec tem o mesmo patamar da Secult e deve participar da gestão do contrato. Ele também informou que o conselheiro responsável por acompanhar o contrato, Wallace Armani, tem se ausentado do processo.

Encaminhamentos:

O contrato de 2020 é renovado anualmente através de aditivos. As discussões para o próximo aditamento começarão em junho.

Foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar a discussão do contrato. O conselho pode propor alterações por meio deste GT.

Membros indicados para o GT: Marcela Bertelli (MB), João Michel (JM), André Luiz (AL), Nayara e Thaynã Paes (TP).

3. Concessão da Serraria Souza Pinto

A conselheira Giovanna Penido (GP) levantou a pauta, que não estava na ordem do dia, sobre a concessão da Serraria Souza Pinto. Jefferson, representante da Fundação Clóvis Salgado (FCS), prestou esclarecimentos.

Esclarecimentos:

Trata-se de uma concessão de 20 anos, não uma privatização.

Uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) está sendo criada para gerir o espaço.

O processo foi homologado em 12 de abril.

Discussão dos Conselheiros:

Conselheiros questionaram por que o Consec não foi consultado ou informado previamente sobre o processo e o estudo de viabilidade.

Daiany Durães (DD) apontou que o espaço já era de difícil acesso para produtores culturais devido à burocracia e ao alto custo da diária.

Foi questionado o parâmetro para o prazo de 20 anos e quais os benefícios previstos para a sociedade.

Encaminhamentos:

O conselho solicitou acesso ao estudo de viabilidade e mais informações sobre a dinâmica do espaço sob o novo modelo de gestão.

Jefferson se comprometeu a realizar uma apresentação detalhada em uma futura reunião.

4. Votação de Recomendação sobre o Quilombo de Queimadas

O conselheiro Tcharles Avner apresentou uma recomendação baseada em um manifesto de moradores do Quilombo de Queimadas, no Serro, que denunciam o assédio de mineradoras na região. Valderes, morador da comunidade, relatou a criação de animosidade entre os moradores, impactos na água e a intimidação em reuniões da associação local.

Propostas da Recomendação:

Criação de um Grupo de Trabalho no Consec para acompanhar o caso.

Garantir a consulta livre, prévia e informada à comunidade para qualquer intervenção na área.

Solicitar à Secult o financiamento de projetos culturais locais.

Encaminhar a recomendação ao CONEP, SEMAD, SEDESE e à Defensoria Pública.

Encaminhamentos:

Foi aprovada a proposta de capacitação sobre o tema, a ser conduzida pelo IEPHA em parceria com a SEDESE e o Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio.

O conselheiro Antonio Diniz solicitou o envio de uma moção anteriormente aprovada sobre a comunidade do Bação aos órgãos competentes.

5. Discussão sobre o PAC CEUs

Este item constava na pauta da reunião, com apresentação prevista de Nathalia Rangel e Maristela Rangel, porém a documentação fornecida não contém detalhes sobre o que foi discutido.

Referência: Processo nº 1410.01.0004121/2024-05

SEI nº 125297844